

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial – CENTRO ESTADUAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS DE SAÚDE- CEADIS - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO-SECONCI

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP

CEADIS - Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde

CNPJ nº 61.687.356/0026-98

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)				Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.914.120	3.901.339	Fornecedores	4	2.133.704	745.092
Adiantamentos		28.382	39.161	Obrigações trabalhistas e tributárias	5	1.533.967	1.449.019
Despesas antecipadas		302.445	342.011	Subvenção governamental para custeio	6	6.490.919	1.908.068
Total do ativo circulante		11.244.947	4.282.511	Subvenção governamental para investimentos	7.1	907.440	-
Não circulante				Total do passivo circulante		11.066.030	4.102.179
Depósitos judiciais	8.2	12.486	12.486	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		12.486	12.486	Provisão para contingências	8	191.403	192.818
Total do ativo não circulante		12.486	12.486	Total do passivo não circulante		191.403	192.818
Total do ativo		11.257.433	4.294.997	Total do passivo		11.257.433	4.294.997
Ativo compensação				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7.2	7.351.678	7.267.119	Patrimônio social		-	-
Intangível	7.2	43.215	43.215	Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo compensação		7.394.893	7.310.334	Total do passivo e patrimônio líquido		11.257.433	4.294.997
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)				Passivo compensação			
Superávit do exercício		-	-	Subvenção governamental para investimentos aplicados	7.2	7.394.893	7.310.334
Resultados abrangentes		-	-	Total do passivo compensação		7.394.893	7.310.334
Resultado abrangente total do exercício		-	-				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Valor R\$ 3.892.338,56

Saldo de caixa em 31/12/2020 Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos Origem dos Recursos: Estadual

Data prevista para o repasse	Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$
08/01/2021	2.024.981,64	2021OB00435	2021NE00066	07/01/2021	2.024.981,64
05/02/2021	2.024.981,64	2021OB09387	2021NE00143	05/02/2021	2.024.981,64
05/02/2021	3.842.369,74	2021OB01905	2021NE00250	12/02/2021	3.842.369,74
05/03/2021	2.024.981,64	2021OB15299	2021NE00143	05/03/2021	2.024.981,64
05/03/2021	3.247.577,80	2021OB01905	2021NE00250	12/02/2021	3.247.577,80
07/04/2021	2.024.981,64	2021OB22813	2021NE00143	07/04/2021	2.024.981,64
07/04/2021	3.247.577,80	2021OB02660	2021NE00250	05/03/2021	3.247.577,80
07/05/2021	2.024.981,64	2021OB31534	2021NE00143	07/05/2021	2.024.981,64
07/06/2021	2.024.981,64	2021OB41029	2021NE00143	07/06/2021	2.024.981,64
07/07/2021	2.024.981,64	2021OB52487	2021NE00143	06/07/2021	2.024.981,64
06/08/2021	2.024.981,64	2021OB64703	2021NE00143	06/08/2021	2.024.981,64
08/09/2021	2.024.981,64	2021OB76815	2021NE00143	06/09/2021	2.024.981,64
07/10/2021	2.024.981,64	2021OB89027	2021NE00143	06/10/2021	2.024.981,64
07/10/2021	3.247.577,80	2021OB89082	2021NE00783	06/10/2021	3.247.577,80
07/10/2021	663.855,00	2021OB94572	2021NE00792	19/10/2021	663.855,00
08/11/2021	2.024.981,64	2021OBA0048	2021NE00143	05/11/2021	2.024.981,64
08/11/2021	663.855,00	2021OB99981	2021NE00792	05/11/2021	663.855,00
07/12/2021	2.024.981,64	2021OB01366	2021NE00143	06/12/2021	2.024.981,64
07/12/2021	663.855,00	2021OBB1432	2021NE00792	06/12/2021	663.855,00
07/12/2021	958.000,00	2021OBC3463	2021NE00997	30/12/2021	958.000,00
Subtotal					40.834.447,82
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					489.845,92
Outras receitas					18.053,44
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
Total das receitas					41.342.347,18
Total das despesas no exercício 2021					34.329.565,51
Recurso público não aplicado					10.905.120,23
Valor devolvido ao contratante					-
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte					10.905.120,23

Relatório de Execução Técnica - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Indicadores	Performance	
	Meta	Realizado
Mínimo de 99% de materiais recebidos e disponibilizados no mesmo dia	99%	99,95%
Mínimo de 98% de acuracidade de estoque mensurados em (R\$)	98%	99,99%
Máximo de 0,3% de perdas de material (avarias, erros, extravios e outros) mensurados em (R\$)	0,3%	0,0088%
Mínimo de 96% de requisições entregues no prazo acordado nas áreas	96%	99,71%
Mínimo de 1% de requisições entregues incompletas e incorretas	1%	0,0150%

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-SAÚDE) conforme Portaria SAS/MS nº 157, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2017 e processo nº 25000.017066/2022-83, acerca do andamento do requerimento de renovação da certificação. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo de seus cinquenta e oito anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora em processos de seleção, assumindo a gestão do Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em abril de 2009 e incorporou a Unidade Dispensadora Tenente Pena (UDTP) em fevereiro de 2013. Em fevereiro de 2021, foi assinado o termo de aditamento para inclusão da operação logística para distribuição da vacina Covid-19, no âmbito do Estado de São Paulo, em atendimento ao PNI - Plano Nacional de Imunização. **1.1. Covid-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial, aumentaram o grau de incertezas para os agentes econômicos e podendo gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:** **2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretção Técnica ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros", bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) conforme emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis

são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Imobilizado e Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado e Intangível - filiais OSS:** Os elementos do ativo imobilizado e intangível são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações do centro estadual de armazenamento e distribuição de insumos, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **c. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **d. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **e. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e**

operacionalização de serviços: A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de equipamentos públicos de saúde, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços, sendo estabelecidas metas quantitativas e qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de ratificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **h. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias. **i. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambientar as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação,**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.